

A Ludicidade na Educação Infantil

Laiziani Eurípedes Trevisani de Lima¹

Alessandro Garcia Paulino²

RESUMO

Ao ingressarem na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, as crianças passam a ter contato com os conhecimentos sistematizados sobre o mundo natural, os quais devem ser desenvolvidos pelos professores por meio da realização de um trabalho pedagógico voltado para a expansão das experiências das crianças e para a construção de conhecimentos integrados sobre o meio social e natural. Portanto, este artigo visa analisar a importância da ludicidade no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças na educação Infantil. A ludicidade é vista como fundamental na aprendizagem e seu uso como recurso pedagógico ajuda a construir a identidade cultural e na formação de indivíduos, além de desenvolver a atenção, memória e imaginação. O docente, a fim de promover um ensino de qualidade na Educação Infantil deve buscar conhecimentos acerca do universo da criança, como ela desenvolve o conhecimento, como entende a realidade e, especificamente, como ela aprende. Desta forma, com a elaboração deste artigo científico, tem-se a intencionalidade de demonstrar a importância do lúdico como metodologia na mediação de conhecimentos às crianças da Educação Infantil. Ao longo da pesquisa, por meio da revisão bibliográfica dos principais estudiosos sobre o assunto, os pesquisadores exploraram o conceito de lúdico, o contexto do lúdico na possibilidade de construção de aprendizagens significativas e o papel do professor frente a utilização da ludicidade.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação Infantil. Lúdico. Papel do Professor. Revisão Bibliográfica.

¹ Graduada em Letras (IMES) e pós-graduada em Língua Estrangeira Moderna (São Luís) e (FAVENI). Atua como professora na rede pública do Estado de São Paulo.

² Graduado em Pedagogia (Uninter) e em Química (Licenciatura - UFLA), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras (PPGE/UFLA) e Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/CAPES). Atua como Professor substituto na área de Tecnologia Educacional e Educação a Distância DED/UFLA, e como Professor colaborador no curso de Pedagogia da FAGAMMON.

1) Considerações Iniciais

Este artigo tem a intenção de apresentar a importância do lúdico na educação infantil. Nesta etapa, as atividades didático-pedagógicas de forma lúdica, podem possibilitar o desenvolvimento de habilidades que ajudem a promover um ensino significativo para a criança. A escolha do tema leva em consideração a problemática encontrada na iniciação do processo de ensino e aprendizagem da criança na escola, que muitas vezes, se apresenta como uma ruptura das aprendizagens adquiridas anteriormente na família e na sociedade.

Ao ingressarem na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, as crianças passam a ter contato com os conhecimentos sistematizados sobre o mundo natural, os quais devem ser desenvolvidos pelos professores por meio da realização de um trabalho pedagógico voltado para a expansão das experiências e para a construção de conhecimentos integrados sobre o meio social e natural (KISHIMOTO, 2002).

Na faixa etária em que se encontram as crianças da educação infantil, os conteúdos devem ser trabalhados de forma intencional pelo docente, sempre, a cada brincadeira, aprofundando os conteúdos e integrando as aprendizagens apropriadas por elas às novas aprendizagens. Neste contexto, o professor, na educação infantil deve levar em consideração que, antes de ingressarem na escola, as crianças já vivenciaram uma série de experiências no ambiente onde vivem (WAJSKOP, 1999).

Educar na educação infantil é priorizar as crianças pequenas e suas necessidades, conhecendo e compreendendo que para elas conhecerem o mundo envolve o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento. Assim, a poesia, as ciências, a matemática, a música, as artes plásticas, dramáticas e o desenho são, para elas, brincadeiras. Desta forma, a brincadeira é uma forma de linguagem, assim como a linguagem é uma forma de brincadeira (KISHIMOTO, 2002).

O docente, a fim de promover um ensino de qualidade na Educação Infantil deve buscar conhecimentos acerca do universo da criança, como ela desenvolve o conhecimento, como entende a realidade e, especificamente, como ela aprende (BETTELHEIM, 1988).

É preciso que o aluno seja considerado o sujeito da aprendizagem e que o professor desenvolva uma prática pedagógica favorecendo a autonomia, as formas de agir e pensar desse educando, realizando intervenções que o auxiliem a perceber os limites dos conhecimentos cotidianos e as possibilidades dos conhecimentos científicos, organizando-os em um corpo de aprendizados sistematizados e úteis à vida na/em sociedade.

A partir desses aspectos o problema de pesquisa visa responder a seguinte questão: Qual a importância da ludicidade na educação infantil? Nesse sentido, este trabalho visa a estabelecer a importância do lúdico nas aprendizagens na Educação Infantil.

Este trabalho se vale da revisão de literatura e da pesquisa qualitativa, no que cerne ao material teórico pesquisado, garantindo maior rigor científico e metodológico. A pesquisa bibliográfica trabalha com descrições, comparações e interpretações e é por isso que este trabalho se define por optar por esse tipo de pesquisa, a flexibilidade. Por ser mais participativa e, portanto, menos controlável, podendo o executor da pesquisa direcionar o rumo de suas interações com o objeto. (SEVERINO, 2000).

Desta forma, espera-se compreender que o desenvolvimento harmonioso e sadio da criança dependa do incentivo à exploração do lúdico e que a brincadeira é a ferramenta capaz de proporcionar a socialização e o aprimoramento do controle emocional, além de facilitar a compreensão de mundo por parte da criança. Com o brincar ela realiza e explora seus desejos, aperfeiçoando-a cognitivamente, socialmente e afetivamente. A brincadeira engaja-a no mundo, sendo ela reprodução de seu cotidiano, contribuindo para a construção do pensamento dessa criança.

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo equivale a analisar a importância da ludicidade na Educação Infantil, demonstrando a importância da ludicidade no desenvolvimento da criança na educação infantil e identificando a partir de pesquisa bibliográfica as concepções da ludicidade. Levando-se em conta o ponto de vista dos autores pesquisados, sendo este período essencial e fundamental para a criança em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Jogos e brincadeiras fazem parte da vida de crianças de diferentes culturas. Uma revisão da literatura pertinente ao tema revela que tanto os jogos quanto as brincadeiras são muito importantes para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural das crianças.

Com base neste pressuposto, a intencionalidade deste breve estudo é fundamentalmente constituir uma referência conceitual, para todos aqueles que desejam realizar pesquisas relacionadas ao tema discutido.

Analisar e discutir a importância do brincar na educação infantil na perspectiva da aprendizagem, este é um estudo desafiador, acima de tudo, que nos permite compreender a importância e o significado da educação infantil.

2) METODOLOGIA

Conforme ensinado por Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica baseia-se na investigação de referenciais teóricos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites que foram analisados e publicados por meio escrito e eletrônico. Em procedimentos práticos, esta pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico.

Sobre a importância do estudo bibliográfico, Marconi e Lakatos (2003, p.20) destacam:

Os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias.

Com base na reflexão da leitura de livros, bem como nas pesquisas de grandes pensadores e estudiosos sobre o assunto, este estudo proporcionará uma análise mais consciente sobre a importância do brincar na vida do ser humano e, principalmente, na vida da criança.

Jogos e brincadeiras devem ser utilizados como ferramentas estimuladoras, facilitadoras e enriquecedoras que, por meio do prazer e do lazer estimulam o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Observamos que a brincadeira é necessária e benéfica para os seres humanos em qualquer fase da vida, mas principalmente na infância, na qual deve ser vivida, e não apenas por diversão, mas com o objetivo de desenvolver o potencial da criança, uma vez que o conhecimento é construído por relações interpessoais e trocas recíprocas que ocorrem ao longo de sua formação.

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico pelo *Google Acadêmico* e pelo *Portal Capes*, a partir de autores que defendem uma educação de qualidade, principalmente na educação infantil.

De acordo com Justino (2011, p. 13):

A pesquisa é uma forma de investigação que desenvolve uma série de procedimentos necessários para que seja realizada e concluída de forma satisfatória. Esse conjunto de procedimentos tem por objetivo produzir novos conhecimentos em determinado campo científico, contribuindo assim com o desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento.

Por meio desta pesquisa é possível adquirir novos conhecimentos para que na hora de praticá-los, possamos fazer isto com maior segurança e conhecimento, para que a criança se beneficie em seu desenvolvimento.

3) REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Educação Infantil

A Educação Infantil carece de muita atenção (FARIA, PALHARES, 1999). Mas, nem sempre se pensou na importância da Educação Infantil como atualmente. Faria e Palhares (1999) relatam que em muitas civilizações antigas as crianças não tinham a atenção que se reconhece atualmente. Na idade média, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura, um ser incapaz e fragmentado. Neste contexto, Comenius

(2006), dizia que era preciso que a criança convivesse com os adultos para adquirir iniciativas racionais, se humanizassem e alcançassem valores.

Considerada a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é a fase que envolve crianças de 0 a 5 anos de idade e tem como objetivo o desenvolvimento global das crianças. É considerada a porta de acesso, depois do ambiente familiar. É também o momento em que é oportunizada a possibilidade das crianças construírem hipóteses e aprendizagens sobre o mundo (FARIA, PALHARES, 1999).

Segundo Sarmiento (2007), as concepções construídas historicamente sobre a infância, baseadas numa perspectiva adultocêntrica, tanto esclarecem como ocultam a realidade social e cultural das crianças sendo, portanto, necessária a ruptura com o modelo epistemológico até então instituído. Para o autor, atualmente, a infância tem-se constituído em um campo emergente de estudos para várias áreas do saber, porém focados em divergentes abordagens, enfoques e métodos, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças.

Os estudos científicos propagados a partir do século XX, em especial da psicologia, antropologia, sociologia e história, apresentam uma visão de infância como categoria social e historicamente construída, determinando um conjunto de teorias e práticas a serem desenvolvidas com as crianças, tanto nas famílias como nas instituições de educação infantil, e, ainda, influenciam as representações sociais sobre elas incorporadas ao imaginário coletivo (ANDRADE, 2010).

As crianças recebem o estatuto de sujeitos plenos de direitos, ganhando a infância uma visibilidade internacional. A visibilidade contemporânea da infância é revelada por dispositivos legais de âmbito internacional que, apesar de apresentarem um discurso social e político sobre seus direitos, revelam o caráter paradoxal dessa evidência: Ao “falar-se” (e ao estudar-se) as crianças, produzem-se, na ordem do discurso e na ordem das políticas sociais, efeitos contraditórios, que resultam da extrema complexidade social da infância e da heterogeneidade das condições de vida (SARMENTO, 2007).

³ O Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2008, altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, dispõe sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.

Atualmente, se entende que a educação infantil é a fase da vida das crianças em que lhes são apresentados novos conhecimentos e nem sempre é agradável a aquisição destes devido à ruptura que demonstra daquele conhecimento que ela vinha adquirindo com a família, com os amigos, em forma de brincadeiras e imaginação (STEARNS, 2006). O espaço educacional além de ser o ambiente propício para o processo de desenvolvimento cognitivo é também responsável pelo processo de socialização. No ambiente escolar, os indivíduos constroem conhecimentos e se constroem no desenvolvimento de habilidades que possibilitam a resolução de problemas com competência (LERNER, 2002).

Se há alusão ao espaço educacional, busca-se a responsabilidade das políticas públicas. Por Políticas Públicas se podem definir como o meio pelo qual o Estado participa, dando justificativas legais, acerca da organização e funcionamento de determinados setores da sociedade onde pode garantir que as ações públicas atinjam igualitariamente a todos. Assim, o Estado estabelece regras, metas e diretrizes que orientam o planejamento e o desenvolvimento de ações que efetivem a participação do que é público e de direito (BERTALOT, 1995).

É sabido que, no Brasil, ainda há diversos problemas a serem sanados no âmbito das políticas públicas, mas a partir da Constituição Federal de 1988, determinada de “constituição cidadã”, se abriu a possibilidade da atuação do Estado e da fiscalização das ações deste por parte do cidadão comum.

Para Stearns (2006), a educação infantil é um dos setores em que se pode observar um aumento no número de experiências inovadoras. Atualmente, tornam-se mais comuns ações que buscam garantir, de modo articulado e em consonância com os preceitos internacionais, a cidadania de todos os envolvidos na instituição de educação infantil: da criança, dos profissionais da educação e dos familiares. Essas ações são extremamente importantes, na medida em que possibilita a prática dos Direitos Humanos, direitos estes que vêm mudando o relacionamento não somente entre as nações, mas especialmente entre os homens.

A evolução nas ideias sobre a educação infantil foi concretizada em leis que trouxeram avanços, procurando garantir o acesso às instituições e guiar a qualidade de atendimento. A Constituição Federal a coloca como um dever do Estado. O artigo 208, inciso IV, diz o seguinte:

Artigo 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1988).

Desta forma, a educação infantil aparece na carta constitucional como um direito da criança e uma opção da família e determina a obrigação do Estado o atendimento de crianças de zero a cinco anos. A partir da Constituição Federal houve o desenvolvimento de políticas públicas para esta faixa etária e novos programas e ações tiveram que ser desenvolvidos.

Em 1990 foi promulgada a Lei nº 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que em seu artigo 54, inciso IV, descreve o dever do Estado assim como consta na Constituição Federal. É mais que um simples instrumento jurídico, ela insere as crianças e os adolescentes no mundo dos direitos, especificamente no mundo dos Direitos Humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi promulgada em dezembro de 1996 e recebeu o número 9.394, trouxe também um grande avanço para a área de educação infantil. Esta lei define, em seu artigo 29, entre outras coisas, que a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até cinco anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, Art. 29). A LDB vem confirmar o que o Estatuto já predizia: a criança é cidadã agora, e não somente no futuro e, portanto, deve ser respeitada enquanto ser em desenvolvimento, com necessidades e características específicas.

Assim, foram desenvolvidos projetos e programas que garantem uma educação realmente voltada para o desenvolvimento infantil como, por exemplo, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL,1998). O referido documento atenta para a importância da criança no contexto social e cultural em sua maneira peculiar em vivenciar o estar no mundo e com o mundo. O RCNEI encontra-se dividido em três livros, sendo o primeiro uma introdução, apresentando concepções e princípios sobre o desenvolvimento e educação infantil; no segundo livro, o RCNEI apresenta o brincar, a identidade e o meio como determinantes das interações humanas; e no terceiro livro, os autores optaram por indicar as bases que assegurem a construção de uma proposta pedagógica para cada faixa etária.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

A Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil (DCNs), surgiram a partir da resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. As Diretrizes de 2009 apresentam treze artigos que visam garantir a equidade de aprendizagem.

As diretrizes apresentam o conceito válido de educação infantil e estabelecem os princípios éticos, políticos e estéticos que norteiam as propostas pedagógicas deste ciclo. Essas propostas devem ter como objetivo garantir o acesso da criança aos processos de apropriação, renovação e articulação do conhecimento e da aprendizagem em diferentes línguas, bem como o direito à proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincar, convivência e interação com outras crianças.

Desde 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) têm mostrado progresso no enfoque nas crianças e forneceu uma base teórica para a BNCC. No DCNEI, a atenção está voltada para as crianças, e o documento enfatiza a importância da aquisição de conhecimentos culturais e científicos e do contato com a natureza, preservando assim a forma como elas vivem no mundo.

Além de considerar os princípios morais, políticos e estéticos que devem nortear a produção do conhecimento nas escolas infantis, o DCNEI também tem como foco as interações e brincadeiras como eixo estruturante do currículo. Outro ponto a se destacar é o arcabouço conceitual da relação entre o cuidar e o educar da DCNEI, que é reconhecido e fortalecido pela Base.

Em 22 de dezembro de 2017, foi emitida uma resolução para orientar e defender a implementação da BNCC na educação infantil e no ensino médio.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), afirmou na educação infantil que as crianças têm o direito de expressar suas emoções, necessidades, dúvidas, sentimentos, descobertas, suposições, questionamentos e opiniões novamente por meio de diferentes linguagens como temas criativos, dialógicos e sensíveis.

Na Educação Infantil a Base estabelece seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, descobrir, se expressar e se conhecer. Proporcionam às crianças condições para aprender em situações em que possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as estimulem a vivenciar desafios e se sintam provocadas para resolvê-los, nos quais possam construir sentido sobre si mesmas e os outros no mundo social e natural.

Logo, educar na educação infantil, é priorizar a criança e suas necessidades, conhecendo e compreendendo que para ela conhecer o mundo envolve o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música, a matemática. Para ela, a brincadeira é uma forma de linguagem, assim como a linguagem é uma forma de brincadeira (STEARNS, 2006).

3.2 O papel do docente na Educação Infantil

Pela importância da Educação Infantil nas demais fases da educação formal, torna-se necessário que o professor esteja preparado para a atuação neste período de vida das crianças. É primordial que incentive a exploração do lúdico, introduzindo a brincadeira em todo processo de aprendizagem, com a finalidade, além da possibilidade de informação o desenvolvimento sadio. De acordo com Friedmann (1996), a escola é um agente de transformação da sociedade. Ela deve se preocupar em integrar as crianças em

um contexto socioeconômico e cultural, considerando os valores e os conhecimentos que elas já trazem para a instituição.

Segundo Friedman (1996, p. 54), a escola deve-se:

Ter a preocupação de propiciar a todas as crianças um desenvolvimento integral e dinâmico (cognitivo, afetivo, linguístico, social, moral e físico-motor), assim como a construção e o acesso aos conhecimentos socialmente disponíveis do mundo físico e social. A educação deve instrumentalizar as crianças de forma a tornar possível a construção de sua autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidade e cooperação.

O educador deve pensar em estratégias de intervenção que estejam coerentes com os objetivos traçados e que respondam às realidades de todas as crianças. As atividades devem favorecer o desafio como a descoberta, criatividade e a criticidade.

Conforme argumenta a autora, reside assim a importância do jogo:

A possibilidade de trazer o jogo para dentro da escola é uma possibilidade de pensar a educação numa perspectiva criadora, autônoma, consciente. Através do jogo, não somente abre-se uma porta para o mundo social e para a cultura infantil como se encontra uma rica possibilidade de incentivar o seu desenvolvimento. A ideia de aproveitar o jogo como alternativa metodológica não prioriza sua utilização enquanto mero instrumento didático (FRIEDMANN, 1996, p. 56).

Deve-se atentar, porém, para a preservação do prazer e da ludicidade em atividades que envolvem os jogos. Sem essa premissa, perde-se o sentido, a espontaneidade e a oportunidade de desenvolver integralmente as crianças. Para Barros (2008), as estratégias adotadas pelo educador na educação infantil devem ter como intenção a promoção da socialização e a criatividade. Uma formação de qualidade do docente deveria garantir uma educação de qualidade na educação infantil. Segundo a LDB 9394/96, em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação; admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e

nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal [...] (Brasil, 1996, Art.62).

A intervenção educacional visa ao favorecimento do processo de cooperação, auxiliando a criança a ter um progresso cognitivo e afetivo, ao lhe dar oportunidades para atuar, interagir e manipular elementos da realidade, dentro de uma situação controlada e, nos primeiros anos do ensino fundamental o educador pode promover a ampliação do universo da criança por meio de histórias que auxiliem na construção de habilidades cognitivas e socializantes (BARROS, 2008).

Para Vygotsky (1998) a imaginação é constituída pela experiência concreta e, a partir dela, se recria o real, tornando concretas as fantasias humanas. Em Kishimoto (1995) lê-se que a educação básica no Brasil tem sido pensada e repensada com o propósito de qualificar o ensino nas escolas públicas. Isto porque, para muitas crianças, esta etapa de escolarização é o único acesso à educação formal.

De acordo com Souza (2006), é necessário pensar na educação como um todo. A partir do início da educação formal e na prática docente.

Práticas pedagógicas são ações ou atividades que o professor decide desenvolver com seus alunos no seu cotidiano escolar tais como um filme, passeio ecológico, dissertações, *powerpoint*, dramatizações, tendo os objetivos previamente definidos como habilidades e competências que ele quer que seus alunos vivenciem. Observando sempre as necessidades de cada aluno e suas limitações (SOUZA, 2006, p. 19).

A compreensão do universo da criança pode auxiliar o professor a repensar sua prática pedagógica. As brincadeiras, os jogos, as histórias devem ser pensados de forma lúdica, contribuindo para o desenvolvimento da criança. A prática docente deve extrapolar a prática que prioriza a lousa, caderno e lápis e promover um conhecimento com significância para a criança (BARROS, 2009).

3.3. A importância do Lúdico na Educação Infantil

O currículo para a aprendizagem na educação infantil deve valorizar o lúdico.

Para Almeida (1990):

A educação lúdica esteve presente em todas as épocas, povos, contextos de inúmeros pesquisadores, formando, hoje, uma vasta rede de conhecimentos não só no campo da educação, da psicologia, fisiologia, como nas demais áreas do conhecimento. [...], o jogo é tão importante na vida da criança como é o trabalho para o adulto, daí o fato de a educação do futuro cidadão se desenvolver antes de tudo no jogo (ALMEIDA, 1990, p. 31).

Para Brougère (1997), além das atividades curriculares comuns no currículo escolar, atualmente, nas escolas públicas e particulares, muitos outros tipos de atividades podem ser desenvolvidos na forma de projetos, atividades extracurriculares, que auxiliam o docente a promover o desenvolvimento global dos alunos.

De acordo com Santos (2008), as brincadeiras alimentam o espírito imaginativo, exploratório e inventivo do faz-de-conta e a isso se dá o nome de lúdico. Brincar tem o sabor de desconhecer o que se conhece, pois cada brincadeira é um universo a ser sempre (re)-descoberto, (re)-vivido, (re)-aprendido (KOUDELA, 2002).

De acordo com Gardner (1994), a brincadeira é o modo natural pelo qual o ser humano aprende a se relacionar com o mundo. É por meio do jogo com objetos e saberes que a criança formula hipóteses e conceitos. Ela recria a própria vida, vivenciando prazeres e conflitos, resolvendo-os e compensando-os por meio da imaginação. O autor afirma que o brincar é o principal motor do desenvolvimento, promovendo a autoconfiança, pois permite que a criança experimente o mundo sem medo.

Assim como Gardner (1994), muitos pesquisadores já estudaram o brincar na vida das pessoas e todos esses estudos têm uma contribuição muito importante para se compreender como é que acontecem as situações do brincar. Na brincadeira, a criança repete e reorganiza uma possível realidade.

A antropologia e a sociologia observam os conteúdos presentes numa brincadeira que mostram uma organização de uma cultura. Ali estão expostos os mitos, os ritos, as relações de autoridade, dentre outros muitos aspectos. Já na educação, as brincadeiras têm sido alvo de muitos estudos, principalmente como instrumentos pedagógicos. A

brincadeira é aquela capacidade do ser humano de dar outro sentido a uma situação, uma ação ou um objeto (HUIZINGA, 1993, p. 41).

É relevante atentar para o fato de que, para a criança pequena, o brinquedo é coisa séria, pois ela não separa a situação imaginária da real. Já na idade escolar, o “brincar” torna-se uma forma de atividade mais limitada que preenche um papel específico em seu desenvolvimento, tendo um significado diferente do que tem para uma criança pré-escolar. À medida que vai crescendo, a criança vai evoluindo no seu “brincar” e passando dos brinquedos e jogos imaginativos para situações em que são apreciadas as regras (VYGOTSKY, 1998).

A primeira relação da brincadeira com a aprendizagem é que a criança aprende a brincar; ao aprender a brincar, ela aprende certo tipo de comunicação, uma capacidade de se comunicar com um parceiro. Quem está brincando, está decidindo; um jogador é um tomador de decisões e esta é, sem dúvida, uma das características importantes do jogo (BROUGÉRE, 1997). O que caracteriza a brincadeira é que ela pode fabricar seus objetos, em especial, desviando de seu uso habitual que cercam a criança e é uma atividade livre, que não pode ser delimitada.

O brinquedo é um objeto que a criança manipula livremente, sem estar condicionado às regras ou a princípios de utilização de outra natureza. A diferença entre o jogo e o brinquedo é que o brinquedo é um objeto infantil e falar em brinquedo para um adulto torna-se motivo de zombaria, de ligação com a infância. O jogo, ao contrário, pode ser destinado tanto à criança quanto ao adulto: ele não é restrito a uma faixa etária (MACEDO, 2003).

É importante resgatar na criança o brincar prazeroso, em que a alegria se faz presente. Com auxílio do brinquedo, concreto e materializado (carrinho, bola, boneca, aviãozinho, casinha etc.), manipulado e transformado pela criança, e por meio, das representações do brincar com o brinquedo, realizar jogos com eles, ela se integra ao mundo de maneira equilibrada, crítica, participativa e consciente (KISHIMOTO, 1999).

Além de possibilitar o exercício daquilo que é próprio no processo de desenvolvimento e aprendizagem, a brincadeira permite que a criança construa

significados sobre os papéis sociais e as relações afetivas que ocorrem no seu cotidiano e que a ajudam a desenvolver sua identidade.

Para Macedo (2003):

O brincar aparece estruturado basicamente em três modalidades, sendo elas o jogo de exercício, que permite, através da repetição, a formação de hábitos com maior regularidade; o jogo de símbolo, onde se encaixam o “faz de conta”, que ajudam a desenvolver a criatividade e a função simbólica; e o jogo de regras, que herda as características do jogo de exercício, pela regularidade e o jogo simbólico, devido aos combinados arbitrários, integrando o grupo do “como” e o “por que” das coisas (MACEDO, 2003, p. 47).

As atividades do brincar poderão ser planejadas ao lado das outras áreas, por meio da articulação de temas e projetos educativos cuja origem seja a mesma. Para Macedo (2003) o educador aprende sobre a criança na observação do desenvolvimento de sua atividade. Assim, através de sua intencionalidade, sua observação, a atuação da criança na brincadeira e pela interação com as outras, ela pode elaborar novas atividades que privilegiem habilidades que percebeu não fazer parte ainda, do universo da criança.

Segundo o autor, a ação do educador deve ser antes de tudo, refletida, planejada e, uma vez executada, avaliada. A partir da visão piagetiana, a intervenção educacional visa ao favorecimento do processo de cooperação, auxiliando a criança a ter um progresso cognitivo e afetivo, ao lhe dar oportunidades para atuar, interagir e manipular elementos da realidade, dentro de uma situação controlada. A partir daí parte-se para um segundo ponto, também fundamental, que é o encaminhamento da atividade, ou seja, a definição de como ela será realizada, prevendo a ocupação do espaço e o limite de tempo, de acordo com a natureza da própria atividade, permitindo a realização dos movimentos em sua amplitude.

Para Fortuna (2004), os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam a cultura corporal de cada grupo social e são atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (BRASIL, 1998, Vol. 3), a externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão

encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado. Cada cultura possui seu jeito próprio de preservar esses recursos expressivos do movimento, havendo variações na importância dada às expressões. A cultura tem grande importância para o desenvolvimento da motricidade infantil, não só pelos diferentes significados que cada grupo atribui, como também pelos diferentes movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos presentes na atividade cotidiana, como pás, lápis, bolas de gude, corda, estilingue etc.

Para Wallon (1971), o movimento tem início já na idade fetal. Na criança, é por meio do movimento que o ato se faz presente. Assim, a ação da criança não se limita ao domínio das coisas, mas é meio indispensável de expressão do pensamento e faz com que elas participem do mundo, compondo um elemento do desenvolvimento mental (GALVÃO, 2005).

Por fim, as maneiras didático/pedagógicas em se trabalhar o lúdico na educação infantil parte da intencionalidade do educador e do tempo de desenvolvimento da criança. Na Educação Infantil, atividades lúdicas servem como norte para o desenvolvimento de habilidades específicas que podem nortear o trabalho docente.

4) CONCLUSÃO

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Diante disso, o direito de usufruir das brincadeiras e brinquedos é de total importância para a criança, pois possibilitam a sua interação com o mundo, com os objetos e com o outro.

Brincando a criança tem acesso à cultura, exercita o faz-de-conta, recria situações do cotidiano e projeta sua vida afetiva, expressa suas dificuldades e desenvolve suas possibilidades de ação. Nesse contexto, adquire elementos que contribuem para a formação de sua personalidade.

Este momento lúdico constitui-se, desta forma, em uma atividade interna das crianças, baseadas no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Elas também se tornam os autores de seus próprios papéis,

escolhendo, expondo e praticando sua fantasia e conhecimento, sem a intervenção direta de adultos, e sendo capazes de pensar e resolver problemas sem pressão situacional realista direta.

Enquanto brinca, a criança amplia sua capacidade corporal, a percepção de si mesma como ser social, a percepção do espaço que o cerca e de como explorá-lo. Brincar é tão importante e sério para a criança como trabalhar é para o adulto.

O estudo desenvolvido sobre o tema “A Ludicidade na Educação Infantil” teve como resultado o entendimento de que uma prática de trabalho que procura na teoria os conhecimentos que fundamentam a utilização dos brinquedos, brincadeiras e jogos, na tentativa de encontrar caminhos mais significativos que incorpore o lúdico como eixo do trabalho com educação infantil, garante a oportunidade de a criança adquirir certa flexibilidade, vontade de experimentar, buscar novos caminhos, conviver com o diferente, ter confiança, raciocinar, descobrir, persistir e perseverar.

Por meio do brincar o educador percebe e identifica várias características das crianças, pois enquanto ela brinca ela expressa o que está guardado em seu interior.

Portanto, este trabalho permitiu observar que, associando as atividades lúdicas em sala de aula os educadores estão facilitando o desenvolvimento e a aprendizagem de cada criança de maneira prazerosa. Salienta-se que não basta somente o educador oferecer o brinquedo ou uma brincadeira, é imprescindível mediar a brincadeira de modo que estimule a imaginação do educando nessa fase da educação infantil.

Por meio deste trabalho percebe-se que ao inserir o lúdico em sala de aula e mediar a brincadeira o educador proporciona outras formas de aprendizagem de maneira prazerosa ao educando.

Por fim, a escola, especialmente na educação infantil, deve repensar o espaço lúdico da brincadeira como fortes aliados ao processo de aprendizagem.

Link para vídeo de apresentação disponível em:<<https://youtu.be/aP9zDsvcV0w>>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARROS, F. C. O. M. **Cadê o brincar? da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BERTALOT, L. **Criança Querida – O dia-a-dia da alfabetização**. São Paulo: Editora Antroposófica, 1995.

BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm> Acesso em 14 de maio de 2020.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. CEB 22/98, de 17 de dezembro de 1998. **Aprova as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em <http://www.crmariocobas.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996**. Ministério da Educação e da Cultura (MEC), Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB n. 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.. Acesso em: 18 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e Cultura**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

COMENIUS, J. A. **A Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:< <https://blog.metzzer.com/pesquisa-bibliografica/>> Acesso em 28 fev.2021.

FORTUNA, T. R. **O brincar na educação infantil**. Revista Pátio, ano I, n. 3, dezembro 2003/março 2004.

FRIEDMANN, A. **Brincar: Crescer e Aprender – O resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

GALVÃO, I. Wallon, H: **uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Trad. Santa Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1994.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 6ª edição, 1993, Tradução: João Paulo Monteiro.

JUSTINO, M. N. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docentes**. Curitiba: Ibpex, 2011

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedo e Brincadeira – Usos e significações dentro de contextos culturais**. In: SANTOS, S. M. P., (org.) **Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 3a.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

KOUDELA, I. D. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário**. Porto Alegre. Artmed. 2002

MACEDO, L. de. **Faz-de-conta na escola: a importância do brincar**. Revista Pátio, ano I, n.3, dezembro 2003.

MARCONI, Maria de A. e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

SANTOS, S. M. P. dos. **Brinquedoteca: Sucata vira brinquedo**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SARMENTO, M. J. (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, M. P. R. **As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil**. In: A.M. MACHADO; M. P. R de S. SOUZA (Orgs.), *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

STEARNS, P. N. **A Infância**. Tradução: Mirna Pinsky – São Paulo: Contexto, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2ª. Edição. São Paulo: Martins Editora, 1998.

WAJSKOP, G. **Brincar na Pré-Escola**. 3a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Difel, 1971.